

Sobre algumas funções da literatura¹

Conta a lenda, e *se non è vera è ben trovata*, que uma vez Estaline perguntou quantas divisões tinha o papa. O que aconteceu nos decênios seguintes demonstrou-nos que as divisões, é claro, são importantes em dadas circunstâncias, mas não são tudo. Há poderes imateriais, não avaliáveis a peso, que seja como for *pesam*.

Estamos rodeados de poderes imateriais, que não se limitam aos que denominamos por valores espirituais, como uma doutrina religiosa. Também é um poder imaterial o das raízes quadradas, cuja lei severa sobrevive aos séculos e aos decretos não só de Estaline, mas até do próprio papa. E entre estes poderes eu também incluiria o da tradição literária, ou seja, do conjunto de textos que a humanidade produziu e produz não para efeitos práticos (como ter registos, anotar leis e fórmulas científicas, fazer atas de sessões ou estabelecer horários ferroviários) mas antes *gratia sui*, por amor de si própria — e que se leem por prazer, elevação espiritual, ampliação dos conhecimentos, se calhar por puro passatempo, sem que ninguém nos obrigue a fazê-lo (se excetuarmos as obrigações escolares).

É verdade que os objetos literários são apenas meio imateriais, porque se encarnam em veículos que costumam ser de papel. Mas dantes encarnavam-se na voz de quem recordava uma tradição oral ou em pedra, e hoje em dia discutimos sobre o futuro dos *e-books*, que deveriam permitir-nos ler tanto uma coleção de anedotas como

¹ Discurso no Festival de Literatura, Mântua, setembro de 2000. Publicado depois em *Studi di Estetica* («Il perché della letteratura»), 23, 2001.

a *Divina Comédia* num ecrã de cristal líquido. Advertirei desde já que não tenho intenções de me deter esta noite na *vexata quaestio* do livro eletrónico. Eu pertença naturalmente àqueles que preferem ler um romance ou um poema num volume de papel, de que me recordarei até das badanas e da lombada, mas dizem-me que existe uma geração digital de *hackers* que, nunca tendo lido um livro na sua vida, agora com os *e-books* abordaram e saborearam pela primeira vez o *Dom Quixote*. Grande ganho para a sua mente e grande perda para a sua vista. Se as gerações futuras chegarem a ter uma boa relação (psicológica e física) com o *e-book*, o poder do *Dom Quixote* não vai alterar-se.

Para que serve este bem imaterial que é a literatura? Bastará responder, como já fiz, que é um bem que se consome *gratia sui*, e portanto não deve servir para nada. Mas uma visão assim tão desencarnada do prazer literário corre o risco de reduzir a literatura ao *jogging* ou à prática das palavras cruzadas — que além do mais servem ambos para qualquer coisa, tanto à saúde do corpo como à educação lexical. Aquilo de que tenho intenções de falar é portanto uma série de funções de que a literatura se reveste para a nossa vida individual e para a vida social.

A literatura em primeiro lugar tem em exercício a língua como património coletivo. A língua, por definição, vai para onde ela quer, nenhum decreto vindo de cima, nem por parte da política nem por parte da academia, pode deter o seu caminho e fazê-la desviar para situações que se pretendam ótimas. O fascismo esforçou-se por nos fazer dizer *mescita* (*botequim*) em vez de *bar*, *coda di gallo* («rabo de galo»: *cacharolete*) em vez de *cocktail*, *rete* (*rede*) em vez de *goal*, *auto pubblica* (*automóvel de aluguer*) em vez de *taxi*, e a língua não lhe ligou nenhuma. Depois sugeriu uma monstruosidade lexical, um arcaísmo inaceitável como *autista* no lugar de *chauffeur*, e a língua aceitou-o. Talvez porque evitava um som que o italiano não conhece. Manteve *taxi*, mas gradualmente, no falado, fê-lo transformar-se em *tassì*.

A língua vai para onde quer mas é sensível às sugestões da literatura. Sem Dante não existiria um italiano unificado. Quando Dante, no *De vulgari eloquentia*, analisa e condena os vários dialetos italia-

nos e se propõe forjar um novo vulgar ilustre, ninguém apostaria em tal ato de soberba, e no entanto com a *Comédia* vence a sua partida. É verdade que, para se tornar a língua falada por todos, o vulgar dantesco levou alguns séculos, mas se o conseguiu foi porque a comunidade dos que acreditavam na literatura continuou a inspirar-se nesse modelo. E se não tivesse havido este modelo talvez não tivesse avançado sequer a ideia de uma unidade política. Deverá ser por isso que Bossi não fala um vulgar ilustre.

Vinte anos de embrulhadas fatais, de imperecíveis destinos, de acontecimentos imprescindíveis e arados que traçam o sulco afinal não deixaram nenhum rasto no italiano corrente, e aí o deixaram muito mais certas ousadias, na altura inaceitáveis, da prosa futurista. E se há hoje quem lamente o triunfo de um italiano médio que se difundiu através da televisão, não esqueçamos que o apelo a um italiano médio, na sua forma mais nobre, passou através da prosa plana e aceitável de Manzoni e depois de Svevo ou de Moravia.

A literatura, contribuindo para formar a língua, cria identidade e comunidade. Falei antes de Dante, mas pensemos no que teria sido a civilização grega sem Homero, a identidade alemã sem a tradução da Bíblia feita por Lutero, a língua russa sem Púchkin, a civilização indiana sem os seus poemas de fundação.

Mas a prática literária também tem em exercício a nossa língua individual. Hoje em dia muitos choram o nascimento de uma linguagem neotelegráfica que está a impor-se através do correio eletrónico e das mensagens dos telemóveis, onde até se diz *amo-te* com uma sigla; mas não esqueçamos que os jovens que enviam mensagens nesta nova estenografia, pelo menos em parte, são os mesmos que enchem essas novas catedrais do livro que são as novas livrarias multipisos, e que, mesmo só folheando sem comprar, entram em contacto com estilos literários cultos e elaborados a que os seus pais, e sem dúvida os seus avós, não tinham estado expostos.

Sem dúvida podemos dizer que, estando em maioria em relação aos leitores das gerações anteriores, estes jovens estão em minoria em relação aos seis mil milhões de habitantes do planeta; nem sou tão idealista a ponto de pensar que a imensas multidões a que faltam o pão e medicamentos poderá trazer alívio a literatura. Mas há uma observação que desejaria fazer: que esses infelizes que, reunindo-se

em bandos sem objetivo, matam atirando pedras dos viadutos ou deitam fogo a uma rapariguinha, sejam eles quem forem, não se tornam assim por terem sido corrompidos pelo *Newspeak* do computador (já que nem sequer têm acesso ao computador), mas porque permanecem excluídos do universo do livro e dos lugares onde, através da educação e da discussão, lhes chegariam os reflexos de um mundo de valores que provém de e remete para livros.

A leitura das obras literárias obriga-nos a um exercício da fidelidade e do respeito na liberdade da interpretação. Há uma perigosa heresia crítica, típica dos nossos dias, pela qual de uma obra literária se pode fazer o que se quiser, lendo nela o que nos sugerirem os nossos impulsos mais incontroláveis. Não é verdade. As obras literárias convidam-nos à liberdade de interpretação porque nos propõem um discurso a partir dos inúmeros planos de leitura e nos colocam perante as ambiguidades da linguagem e da vida. Mas para podermos avançar neste jogo, pelo qual cada geração lê as obras literárias de maneira diferente, temos de ser movidos por um profundo respeito em relação ao que denominei algures por intenção do texto.

Por um lado, achamos que o mundo é um livro «fechado» que permite uma única leitura, porque, se existe uma lei que governe a gravitação planetária, ou é a justa ou é a errada; em relação a ele o universo de um livro surge-nos como um mundo aberto. Mas tentemos abordar com bom senso uma obra narrativa e comparemos as proposições que podemos enunciar acerca dela com as que pronunciamos acerca do mundo. Do mundo, nós dizemos que as leis da gravidade universal são as enunciadas por Newton, ou que é verdade que Napoleão morreu em Santa Helena a 5 de maio de 1821. E todavia, se tivermos um espírito aberto, estaremos sempre dispostos a rever as nossas convicções, no dia em que a ciência enunciar uma reformulação diferente das grandes leis cósmicas, ou um historiador descobrir documentos inéditos que provem que Napoleão morreu num navio bonapartista quando tentava a fuga. Em contrapartida, em relação ao mundo dos livros, proposições como *Sherlock Holmes era solteiro*, *a Capuchinho Vermelho foi devorada pelo lobo mas depois libertou-a o caçador*, *Anna Karénina mata-se* permanecerão eternamente verdadeiras e nunca poderão ser refutadas por ninguém. Há

pessoas que negam que Jesus fosse filho de Deus, outras que inclusivamente põem em causa a sua existência histórica, outras que afirmam que é o Caminho, a Verdade e a Vida, outras ainda que consideram que o Messias ainda está para vir e nós, seja como for que pensemos, tratamos com respeito estas opiniões. Mas ninguém tratará com respeito quem afirmar que Hamlet se casou com Ofélia ou que o Super-Homem não é Clark Kent.

Os textos literários não só nos dizem explicitamente o que nunca mais poderemos pôr em dúvida como também, ao contrário do mundo, nos assinalam com soberana autoridade o que neles se deve assumir como relevante e o que *não* podemos tomar como ponto de partida para interpretações livres.

No fim do capítulo 35 de *O Vermelho e o Negro* diz-se que Julien Sorel se dirige à igreja e dispara sobre Madame de Renal. Depois de ter observado que o seu braço tremia, Stendhal diz-nos que Julien dá um primeiro tiro e falha a sua vítima, depois dispara um segundo e a senhora tomba. Ora imaginemos defender que o braço a tremer e o facto de o primeiro tiro falhar demonstram que Julien não se tinha deslocado à igreja com um firme propósito homicida, mas sim arrasado por um desordenado impulso passional. A esta interpretação pode-se opor outra, que Julien desde o princípio tinha o propósito de matar, mas era um cobarde. O texto autoriza as duas interpretações.

Dá-se o caso de alguém se ter interrogado aonde teria ido parar a primeira bala. Interessante quesito para os devotos stendhalianos. Tal como os devotos de Joyce vão a Dublin à procura da farmácia onde Bloom teria comprado um sabonete em forma de limão (e, para contentar estes peregrinos, a farmácia, que de resto existe mesmo, pôs-se a produzir de novo aquele tipo de sabonete), podem-se imaginar devotos stendhalianos que tentam localizar neste mundo Verrières e a sua igreja, explorando-lhe depois as colunas uma a uma para encontrarem o buraco produzido pela bala. Tratar-se-ia de um episódio de *fanship*, bastante divertido. Mas suponhamos agora que um crítico pretende basear toda a sua interpretação do romance na sorte daquela bala perdida. Nos tempos que correm não é inverosímil, até porque já houve quem baseasse toda a leitura de *A Carta Roubada* de Poe na posição da carta em relação à lareira. Mas se Poe torna explicitamente pertinente a posição da carta, Stendhal diz-nos que